

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 345 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 20.616/2024**

**(AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA EQUIPAR O  
NÚCLEO DA GUARDA MARIA DA PENHA, NO ÂMBITO DA  
COMPETÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER)**

Saquarema, 16 de junho de 2025.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 346 Rubrica: \_\_\_\_\_

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

1.1. Solicitação feita pela Prefeitura Municipal de Saquarema, através da Secretaria Municipal da Mulher, localizada na Rua Estudante Elcira de Oliveira Coutinho, nº 16, Bacaxá, Saquarema – RJ, CEP 28994-576, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21. Processo Administrativo nº 20.616/2024.

### 2. OBJETO E SUA CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

2.1.O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de mobiliário de escritório, consubstanciados em cadeiras, mesas e armários para arquivos (especificados no subitem 5.1 deste instrumento) pela Secretaria Municipal da Mulher, equipando o núcleo da Guarda Maria da Penha, assegurando e ampliando a capacidade de atendimento e comodidade aos servidores que atuam em suporte às ações desempenhadas por toda a equipe de apoio (seja em atividades internas e externas) atinentes às atribuições cabíveis ao referido núcleo, servindo especificamente ao CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher, o qual ampara as mulheres vítimas de violência, sobretudo a doméstica, bem como age na repressão de eventuais atos de violência contra a mulher, propiciando a salvaguarda da vida e a garantia dos direitos humanos.

2.2. Os objetos descritos neste Termo de Referência são classificados como **bens comuns**, nos termos do definido no art. 6º, XIII da Lei Federal nº 14,133/2021.

2.3. Todas as garantias legais oferecidas pela Contratada, sobretudo quanto às especificações, quantitativos e condições do objeto pretendido, devem estar de acordo com este Termo de Referência.

### 3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Aquisição do mobiliário de escritório para utilização pela Guarda Maria da Penha, no âmbito de atuação da Secretaria Municipal da Mulher, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 347 Rubrica: \_\_\_\_\_

3.2. Os bens objetos da pretendida contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

3.3. O objeto da pretendida contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme interpretação analógica ao Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e segundo as disposições do Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.

3.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da celebração do Instrumento Contratual, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, observada, contudo, a garantia mínima de 12 (doze) meses a ser assegurada pelo fabricante ou fornecedor dos bens em tela.

3.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação ou garantia do fabricante ou fornecedor exigidos neste Termo quanto aos bens a ser adquiridos.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O objeto da contratação (o qual, segundo o teor do Convênio Federal firmado e constante do Anexo II do presente instrumento) inclui mobiliário de escritório (sendo 02 mesas, 05 cadeiras e 02 armários para arquivar documentos e pastas – com montagem inclusa e por conta da empresa a ser contratada) visando equipar a Guarda Maria da Penha neste Município, para o qual são elaborados este Termo de Referência – TR e mais outros dois, cada qual tratando de um tipo/natureza/especificação de objeto – veículos, equipamentos de informática e mobiliário, do qual trata o presente TR), tem como fonte de recursos a verba, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), proveniente do Governo Federal através do repasse do Convênio nº 950446/2023, Processo Originário nº 21260200771202317, do Ministério das Mulheres, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 22 de dezembro de 2023, acrescido da contrapartida, na valor mínimo, de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser assegurado por esta Secretaria Municipal, totalizando o Convênio o montante de R\$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais), cuja adequação orçamentária se encontra prevista na Lei Orçamentária Anual de 2025 e com compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com o Plano Plurianual – PPA vigentes, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

4.2. Ao valor referido no item 4.1 acima, serão assegurados e acrescentados, como recursos próprios desta municipalidade (conforme a respectiva dotação informada no item 12.2 deste TR) os montantes apropriados para a garantia do pagamento da despesa com a execução do presente objeto, assegurando a futura contratação correspondente.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 348 Rubrica: \_\_\_\_\_

4.3. A aquisição do mobiliário de escritório pela Secretaria Municipal da Mulher e ora tratadas por este TR, justifica-se devido a necessidade de conferir melhores condições de trabalho aos servidores em atuação na área, bem como no intuito de possibilitar maior organização, celeridade e fluidez para evitar espera nos atendimentos oferecidos por esta Pasta.

4.4. Urge destacar que a Secretaria Municipal da Mulher, em consonância com os ditames da Lei Maria da Penha, constitui-se numa unidade administrativa com equipamentos destinados a ofertar o serviço de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

4.5. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas mais graves de afronta aos direitos humanos, atingindo diretamente a família como um todo, necessitando assim de intensa mobilização social para o seu combate.

4.6. A aquisição do objeto deste Termo reforça o compromisso das instituições na proteção dos direitos das mulheres e no combate à violência doméstica, ajudando a fortalecer sua imagem pública e credibilidade. Permitindo, desse modo, que o atendimento seja prestado com máxima eficiência para proteger as mulheres em situação de risco.

4.6. A quantificação e a escolha dos itens de mobiliário de escritório couberam ao momento de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP e levaram em consideração às possibilidades do recurso repassado pelo Governo Federal (o qual se destina a aquisição de viaturas, de equipamentos eletrônicos/e de informática e mobiliário de escritório – cada qual tendo o seu TR e processo administrativo próprio) e vinculado, sobretudo, pelo teor e pelas disposições do Plano de Trabalho apresentada ao Ministério das Mulheres e tal como cadastrado na plataforma Transferegov.br, como procedimento necessário à liberação da verba federal.

4.7. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO**

5.1. Descrição e Quantificação do Objeto:

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 349 Rubrica: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE
1	<b>MESAS DE ESCRITÓRIO</b>	UNID.	481330	2
	Material de MDF; contendo gaveteiro com 2 gavetas; espessura do tampo 40mm; medidas aproximadas: Largura 120cm, Altura 75cm e profundidade 60cm. Cor: amadeirado escuro/preto.			
2	<b>ARMÁRIO ARQUIVO PARA PASTA SUSPensa</b>	UNID.	284195	1
	Material MDF; com 4 gavetas para pasta suspensa; corrediças metálicas; Altura 122 cm ou superior; Largura 46cm ou superior; Profundidade 42cm ou superior; Revestimento laminado melamínico. Cor Amadeirado escuro/Preto.			
3	<b>ARMÁRIO TIPO BAIXO</b>	UNID.	388270	1
	Material MDF; com 2 prateleiras; 2 portas com puxadores; Altura 74cm ou superior; Largura 80cm ou superior; Profundidade 38cm ou superior; Cor Amadeirado escuro/Preto;			
4	<b>CADEIRA EM TELA</b>	UNID.	478072	2
	Cadeira de escritório giratória; com braços ajustáveis; apoio de cabeça ajustável; com 5 pés; suporte para lombar; encosto em tela mesh; Largura 60cm ou superior; Largura interna do assento 46cm ou superior; Altura máxima 99cm ou superior; Assento com espuma; com altura ajustável; regulagem de altura através de pistão a gás; Cor preta.			

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 350 Rubrica: \_\_\_\_\_

5	CADEIRA ESCRITÓRIO FIXA	UNID.	306397	4
	Cadeira escritório fixa; 4 pés, sem braços; encosto e assento separados e com espuma; Altura 74 cm ou superior; Largura 36cm ou superior; Profundidade 40cm ou superior; Cor preta.			

5.2. Por se tratarem de bens patrimoniais e considerada a natureza, características, especificações, materiais empregados em sua construção e usabilidade, considera-se o seu ciclo de vida, com a utilidade esperada dos mesmos pelo prazo de 05 (cinco anos), podendo tais itens, ainda que durem materialmente mais tempo, ter as suas propriedades sensivelmente reduzidas ou afetadas pelo uso cotidiano.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.2. A empresa contratada, seja ela a fabricante ou a fornecedora, deve seguir estritamente as especificações estabelecidas para o objeto a ser contratado e entregue no local a ser indicado por esta Administração Pública, cabendo, ainda, a montagem e instalação dos itens de mobiliário por conta da mesma e sem custos adicionais à contratante.

### Subcontratação

6.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Exceto a subcontratação parcial do objeto para execução de serviços de manutenção e/ou instalação, quando for o caso e tais serviços ou acessórios forem exigidos pelo contratante na descrição do objeto ou nas obrigações constantes deste Termo de Referência.

### Garantia da contratação

6.5. Para a efetivação da compra, a ser realizada após a conclusão do procedimento licitatório, dada a caracterização e padronização no mercado em

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 351 Rubrica: \_\_\_\_\_

relação ao seu objeto, não haverá exigência das modalidades de garantia da contratação constantes no art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. O instrumento contratual, a ser firmado com a empresa vencedora do certame, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação, sobretudo quanto à garantia mínima de 12 (doze) meses que deve ser ofertada pelo fabricante ou fornecedora, segundo constante nos tópicos 3.4 e 7.5 e seguintes deste Termo.

### **Requisitos Técnicos da Contratação**

6.7. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica compatível ou superior com o objeto a ser licitado no presente procedimento administrativo.

6.8. A contratada se responsabiliza pelos vícios (incluindo os ocultos) e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor.

6.9. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

7.1. A entrega dar-se-á de forma **INTEGRAL** e **IMEDIATA**, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento, pela contratada (podendo este ato se efetivar pela entrega presencial, mediante recibo, da comunicação oficial, por e-mail ou por via postal com aviso de recebimento) da emissão da ordem de entrega, a ser expedida pelo Poder Público contratante.

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3. Os bens deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Mulher, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00h, no seguinte endereço: Rua Estudante Elcira de Oliveira Coutinho, nº 16, Bacaxá, Saquarema – RJ.

7.4. As despesas com transporte e fretes (incluída a montagem), bem como qualquer outro relacionado à entrega do bem é de total responsabilidade da contratada.



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 352 Rubrica: \_\_\_\_\_

### **Garantia, instalação, manutenção e assistência técnica**

7.5. O prazo de garantia contratual dos bens de que trata este TR, complementar a garantia legal, deve ser de, no mínimo, de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A manutenção e assistência técnica, dentro do prazo de garantia ora mencionado, devem ser executas sem custo para o Poder Público contratante. Os itens e equipamentos objeto deste TR devem ser entregues no local definido no tópico 7.3 deste instrumento e não incluem ou precisam dos serviços de instalação por conta da contratada, bastando a sua entrega.

7.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

7.7. As peças ou itens que apresentarem vícios ou defeitos no período de vigência da garantia, deverão ser substituídas por novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.8. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do item, das dependências da Secretaria Municipal da Mulher, pelo contratado ou pela Assistência Técnica autorizada ou pela entrega do veículo na referida Assistência.

7.9. O Prazo indicado no subitem anterior, durante o seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado e aceita pelo contratante.

7.10. Decorrido o prazo para reparo e ou substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativa pelo contratado, fica o Poder Público contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar o reparo, ajuste ou substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do objeto.

7.11. A garantia legal ou a complementar assegurada pelo fabricante/fornecedor sobre o objeto deste Termo de Referência tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência do instrumento contratual a ser celebrado.



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 353 Rubrica: \_\_\_\_\_

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **Do Reajuste**

8.1. Por se tratar de entrega imediata, a ser efetuada dentro do prazo estabelecido neste TR, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

### **Da Gestão Contratual**

8.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a serem designados pelo Poder Público contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

8.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, VI).

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 354 Rubrica: \_\_\_\_\_

8.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; e Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, II).

8.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, III).

8.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, IV).

8.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, V).

8.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

8.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 23, I e II).

8.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 23, IV).

8.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, V).

8.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, VII).

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 355 Rubrica: \_\_\_\_\_

### **Gestor do Contrato**

8.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 21, II).

8.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 21, III).

8.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

8.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 21, X).

8.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 356 Rubrica: \_\_\_\_\_

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 357 Rubrica: \_\_\_\_\_

igual período, nos termos da interpretação analógica ao disposto no art. 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.10.1.o prazo de validade;

9.10.2.a data da emissão;

9.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.10.4.o período respectivo de execução do contrato;

9.10.5.o valor a pagar; e

9.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade às exigências de regularidade fiscal estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital da Licitação pertinente.

9.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (em interpretação por analogia aos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 358 Rubrica: \_\_\_\_\_

9.14. Constatando-se, junto ao SICAF ou em cotejo com a documentação fiscal da contratada, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou aos órgãos e entidades fazendárias e arrecadadores competentes.

#### **Prazo de pagamento**

9.18. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias, a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por, no mínimo, dois servidores designados pelo Poder Público contratante, mediante a efetiva entrega dos bens.

#### **Forma de pagamento**

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 359 Rubrica: \_\_\_\_\_

ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.24. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121).

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. Considerando o valor total estimado da despesa, mediante a apuração pelo Departamento de Compras desta municipalidade e com fundamento no previsto no art. 75, *caput*, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (com valores de referência atualizados pelo Decreto Federal nº 12.343/2024), o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO (MENOR PREÇO POR ITEM)**.

### **Forma de fornecimento**

10.2. O fornecimento do objeto deverá ser conforme solicitação do contratante, devendo a(s) empresa(s) vencedora (s) efetuar a entrega do bem em até 30 (trinta) dias, da emissão da ordem de entrega.

### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 360 Rubrica: \_\_\_\_\_

do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 361 Rubrica: \_\_\_\_\_

referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.24.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.24.2. O atendimento dos índices econômicos previstos acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentado pelo fornecedor.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 362 Rubrica: \_\_\_\_\_

10.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

10.25. As empresas criadas no presente exercício financeiro deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

10.27. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de serviço igual ou similar ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com as especificações constantes do Termo de Referência;

10.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.899,33 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos)**, conforme tabela abaixo:

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 363 Rubrica: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN	CATMAT	QNT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL POR ITEM
	<b>MESAS DE ESCRITÓRIO</b>					
1	Material de MDF; contendo gaveteiro com 2 gavetas; espessura do tampo 40mm; medidas aproximadas: Largura 120cm, Altura 75cm e profundidade 60cm. Cor: amadeirado escuro/preto.	UNID.	481330	2	R\$ 622,35	R\$ 1.244,70
	<b>ARMÁRIO ARQUIVO PARA PASTA SUSPensa</b>					
2	Material MDF; com 4 gavetas para pasta suspensa; corrediças metálicas; Altura 122 cm ou superior; Largura 46cm ou superior; Profundidade 42cm ou superior; Revestimento laminado melamínico. Cor Amadeirado escuro/Preto.	UNID.	284195	1	R\$ 586,79	R\$ 586,79
	<b>ARMÁRIO TIPO BAIXO</b>					
3	Material MDF; com 2 prateleiras; 2 portas com puxadores; Altura 74cm ou superior; Largura 80cm ou superior; Profundidade 38cm ou superior; Cor Amadeirado escuro/Preto;	UNID.	388270	1	R\$ 1.024,00	R\$ 1.024,00
	<b>CADEIRA EM TELA</b>					
4	Cadeira de escritório giratória; com braços ajustáveis; apoio de cabeça ajustável; com 5 pés; suporte para lombar; encosto em tela mesh; Largura 60cm ou superior; Largura interna do assento 46cm ou superior; Altura máxima 99cm ou superior; Assento com espuma; com altura ajustável; regulagem de altura através de pistão a gás; Cor preta.	UNID.	478072	2	R\$ 778,50	R\$ 1.557,00
	<b>CADEIRA ESCRITÓRIO FIXA</b>					
5	Cadeira escritório fixa; 4 pés, sem braços; encosto e assento separados e com espuma; Altura 74 cm ou superior; Largura 36cm ou superior; Profundidade 40cm ou superior; Cor preta.	UNID.	306397	4	R\$ 121,71	R\$ 486,84
<b>VALOR TOTAL:</b>					<b>R\$ 4.899,33</b>	

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 364 Rubrica: \_\_\_\_\_

11.2. O contrato a ser celebrado poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da futura contratação decorrente deste Termo de Referência correrão à conta das verbas provenientes do repasse federal referente ao Convênio nº 950446/2023 do Ministério das Mulheres e com recursos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal da Mulher.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Recurso proveniente do Governo Federal através do repasse referente ao Convênio nº 950446/2023, Processo nº 21260200771202317, do Ministério das Mulheres, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U., Seção 3, do dia 22 de dezembro de 2023, e contrapartida com recursos próprios desta municipalidade, consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA municipal vigente, conforme a seguinte informação:
- II) Fonte de Recursos: 170030 - Transferência Convênio da União;
- III) Programa de Trabalho: 04.122.0003.1.076000 – Modernização das Unidades Administrativas;
- IV) Elemento de Despesa: 4. .4.90.52.42.00.00 – Mobiliário em Geral;
- V) Ficha 1385.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com cláusulas e condições do instrumento contratual e seus anexos, em conformidade ao presente Termo de Referência e ao Edital correspondente.

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte e às suas expensas.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 365 Rubrica: \_\_\_\_\_

13.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

13.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no pertinente contrato.

13.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do correspondente contrato.

13.7. Cientificar o órgão responsável para adoção de medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

13.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do pertinente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O)**

14.1. A parte contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, bem como no respectivo Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto em tela. .

14.2. Atender à solicitação de entrega do bem, de serviço ou eventuais reparos ou correções, com qualidade, conforme especificações e prazos previstos neste Termo de Referência e local indicado na solicitação da contratante.

14.3. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta oito) horas que antecede a data de atendimento à solicitação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

14.4. Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 366 Rubrica: \_\_\_\_\_

(quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.

14.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à contratante ou a terceiros, tendo como agente a contratada, na pessoa de prepostos ou estranhos.

14.6. Observar para que o transporte seja ele de que tipo for, obedeçam às normas adequadas relativas às: embalagens, volumes, carga e descarga, frete, tributos devidos e etc.

14.7. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas ou gerais, descritas neste Termo de Referência.

14.8. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

14.9. Indicar preposto para representa-lá durante toda a execução do contrato.

14.10. Criar ou informar um e-mail oficial ou número de telefone ou *WhatsApp* para comunicação com a contratante, a fim de registrar solicitações, prazo e possíveis imprevistos no atendimento.

14.11. Fornecer os bens deste Termo de acordo com à solicitação da ordem de entrega, atendendo as necessidades da contratante, a qual servirá de subsídio para emissão da nota fiscal;

14.12. Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

14.13. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.14. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, provenientes do fornecimento do serviço contratado, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante.



Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 367 Rubrica: \_\_\_\_\_

14.15. Fornecer o objeto em tela rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição da ordem/autorização de entrega do bem, cumprindo com todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável.

14.16. Manter, durante a futura execução contratual, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas no pertinente edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

14.17. Promover, por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste Termo.

14.18. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema.

14.19. Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

14.20. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e/ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema.

14.21. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema.

## **15. SANÇÕES CONTRATUAIS**

15.1 Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multas:
  - b.1) de 0.5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do objeto entregue com atraso e decorridos 30 (trinta) dias de atraso a contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;
  - b.2) de 1% (um por cento) por dia sobre o valor global deste contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 368 Rubrica: \_\_\_\_\_

- b.3) de 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório (Edital);
- b.4) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea “b”.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratada promova sua reabilitação.
- e) Extinção de contrato de acordo com o previsto no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os art. 138 e 139 da mesma Lei.

16.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.2.2.1. Se a operação implicar mudança de pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 369 Rubrica: \_\_\_\_\_

16.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3. Indenizações e multas.

16.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal 14.133, de 2021).

## 17. APÊNDICES / ANEXOS

17.1. Anexo I - Memória de cálculo, planilha de quantitativo de medidas protetivas;

17.2 Anexo II - Cópias do Convênio firmado com o Governo Federal e do comprovante de publicação do seu correspondente extrato no Diário Oficial da União.

Saquarema, 16 de junho de 2025.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> <b>Elisa Pinheiro da Silva Tavares</b> Assistente Administrativo Matrícula: 10071-1	<hr/> <b>Isabela Cristina Barros De Oliveira</b> Assessor de Políticas Públicas e Assistência à Mulher - Administrativo Matrícula: 210897-2
AUTORIDADE MÁXIMA	
<hr/> <b>Marcia de Almeida Silva Azeredo</b> Secretária Municipal da Mulher Matrícula: 7463-0	

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 370 Rubrica: \_\_\_\_\_

## Anexo I – Memória de Cálculo

### Quantitativo de Medidas Protetivas Deferidas até dezembro 2024

TIPO	Quantitativo
Medidas Protetivas Ativas	675
Medidas Protetivas Extintas	52
Total	727

A solicitação do objeto se justifica pelo número de medidas protetivas deferidas para mulheres domiciliadas em bairros do Município de Saquarema, que de acordo o último censo, conta com 52% de população mulher no Município.

Processo nº: 20.616/2024

Data: 07/11/2024

Fl.: 371 Rubrica: \_\_\_\_\_

**Anexo II – Cópias do Convênio firmado com o Governo Federal e do comprovante de publicação do seu correspondente extrato no Diário Oficial da União**